

ANA MARIA VILLELA
 CAVALIERI *

A já anunciada interrupção do programa dos Ciacs, bem como a reimplantação física e pedagógica dos Cieps do estado, é oportunidade para reabrir a discussão sobre as escolas de horário e, principalmente, de educação integral. Contrários a estes programas de governo, alguns afirmam que "a boa escola é a que ensina bem", que "a escola pública não deve assumir funções sociais que não lhe são próprias". Primeiro, faça-se a escola modesta e possível para todas as crianças brasileiras, e posteriormente, através de um desenvolvimento gradual, chegar-se-á à escola ideal para a atividade educacional.

Dizer que a escola boa é a escola que ensina bem é uma obviedade. Mas o que é "ensinar bem" sob as condições culturais e econômicas de nosso país? Quem vive a realidade das escolas públicas que atendem à massa da nossa população pobre e miserável entende, ainda que intuitivamente, que, para além de toda as carências materiais e técnico-pedagógicas, o desafio mais complexo a ser enfrentado pelas escolas é o de ordem cultural.

A experiência de vida de uma criança em situação de miséria ou estrita pobreza não lhe proporciona os estímulos, a organização, a "bagagem", que a escola supõe que ela traga, necessária ao bom desenvolvimento das tradicionais tarefas escolares. Imagine-se o que seja ensinar-lhe a noção de "classe gramatical" se nunca teve uma gaveta onde pudesse separar e guardar seus pertences e vive numa casa cujos cômodos servem ao mesmo tempo para dormir, cozinhar e ver televisão. A capacidade de organização, ordenação espacial, classificação, desta criança corresponderá a esta experiência de vida. Imagine-se também o que seja trabalhar a noção de tempo com uma criança que jamais comemorou seu aniversário, cujos pais vieram de outro estado, onde deixaram sua história pregressa, e que vivem sem qualquer perspectiva futura exceto o alimento da família para o dia seguinte. Esqueçamos os simplismos.

A plena alfabetização das crianças pobres e miseráveis das grandes cidades é uma difícil empreitada que as mais bem-formadas e capazes professoras do passado sequer imaginaram um dia. Como diz o professor Darcy Ribeiro, a população de ex-escravos, que constitui a maioria dos pobres e miseráveis de nosso país, está ainda em processo de "reconstruir-se como ser cultural, aprendendo a falar a língua do senhor, adaptando-se às formas de sobrevivência na terra nova".

São vazios e deslocados os apelos a uma volta da rigidez disciplinar e das metodologias de ensino do passado. Nossos alunos são ressentidos, descrentes e com frequência extremamente rebeldes; ainda que todos os problemas materiais fossem resolvidos num passe de mágica, as dificuldades na prática educacional continuariam enormes.

A cultura urbana da miséria é devastadora para as crianças. Ela não predispõe à escolarização, reforça perspectivas ideológico-culturais conservadoras e, em função da radicalização da luta pela sobrevivência, conduz à exacerbação da autodefesa e da agressividade. A criança brasileira das classes populares resiste muito a se inserir no "mundo letrado". O grau de resistência é proporcional ao tamanho do pressentimento da frustração iminente. A escola precisa reconquistar a massa da população que — já sem entusiasmo e convicção — a ela ainda acorre. Para isto, tem que ser eficaz, tem que considerar a experiência cultural de seu aluno, percebendo que se não estiver a serviço da formação de cidadãos, põe em risco sua própria reproduzibilidade, sua razão de existência.

Este é o desafio da proposta pedagógica dos Cieps. De que precisa a nossa criança para progredir e gostar da escola? Nos Cieps e nos quatro Ciacs salvos do incêndio, em funcionamento no Rio de Janeiro, o trabalho nas áreas da Cultura, da Saúde, da Educação Física, do Estudo Dirigido, dos Conteúdos Programáticos e do Aperfeiçoamento de Professores intenta um salto de qualidade.

Podemos esperar que o Brasil mu-
 de, que os pais de nossos alunos possam alimentá-los, comprar livros e brinquedos, morar em casas organizadas e limpas, orientar seus deveres de casa. Lutar para que o Estado ofereça, nas escolas, estas condições, entretanto, é não só uma solução emergencial mas uma opção estratégica para a transformação. Investimentos públicos maciços e concentrados na formação das novas gerações trarão resultados muito mais rápidos e com menor desperdício do que um lento e gradual aumento do nível de vida da população, fruto de improváveis transformações na mentalidade político-empresarial brasileira (e também de nossos credores), e de uma implantação paulatina de variadas e abrangentes políticas sociais, pelas quais não se sabe bem quem vai lutar e se responsabilizar.

Este é o cerne da discussão: de um lado a proposta de enfrentar os impasses na área educacional com uma ação política de impacto, uma ação exemplar; aqui está situada a alternativa dos Cieps e Ciacs. De outro lado os que acreditam que é possível reformar a partir de si mesmo o que já existe, cumprindo-se a lei e distribuindo-se equitativamente os recursos. A educação no Brasil é uma questão política e não técnico-administrativa. Ou a população brasileira vai reafirmar politicamente a importância nodal da escola em nosso caminho civilizatório ou não haverá boas intenções e competência técnica que resolvam o problema. E preciso dar o exemplo, criar a demanda e acreditar no movimento social e político.

O Projeto dos Cieps parte dessa compreensão e inicia este processo no Rio de Janeiro. O Programa dos Ciacs poderia cumprir este papel nacionalmente. O silencioso consenso em torno de seu fim é tão decepcionante quanto prejudicial à cidadania brasileira.

* Professora do Ciep Manoel Maurício de Albuquerque; doutoranda em Educação Brasileira na UFRJ; componente da equipe pedagógica da Seepe-RJ (Secretaria Extraordinária de Programas Especiais)